

realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos até são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.14. Subvenções governamentais - As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. As subvenções e assistências governamentais para investimentos são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram atendidas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente da subvenção. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

2.15. Impactos da Reforma Tributária - Reforma Tributária sobre o consumo (Emenda Constitucional 132/2023 e Lei Complementar 214/2025) - A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu ampla reforma no sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, instituindo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao IPI, COFINS, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo (IS). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a operacionalização desses tributos, estabelecendo regras de transição, regimes específicos e governança do sistema. Até 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que as alterações introduzidas pela nova legislação não geraram impactos que requeriam ajustes nas demonstrações financeiras do exercício findo nessa data. Entretanto, reconhece que os impactos econômicos decorrentes da nova sistemática tributária poderão influenciar a formação de preços, margens operacionais e fluxo de caixa futuro, especialmente durante o período de transição, previsto até 2033. A Companhia implementou as adaptações sistêmicas necessárias para atendimento às exigências relativas ao período de testes em 2026, incluindo o destaque informativo de IBS e CBS nos documentos fiscais, conforme regulamentação vigente.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (Lei Complementar 224/2025) - A Lei Complementar nº 224/2025 introduziu alterações nos critérios de concessão e manutenção de benefícios fiscais de natureza tributária concedidos pela União, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias. A Administração avaliou os efeitos dessa legislação e concluiu que, em de 31 de dezembro de 2025, não há impactos que demandem ajustes nos ativos fiscais reconhecidos ou nas estimativas contábeis relacionadas a benefícios tributários. **Avaliação contábil** - A Companhia não possui ação por expectativa de rentabilidade futura ou ativos intangíveis com vida útil indefinida cuja premissa de realização estejam impactadas pela reforma tributária até a presente data. A Administração continuará monitorando a regulamentação complementar e eventuais impactos regulatórios ou econômicos decorrentes da implementação integral da reforma tributária.

3. Estimativas e julgamentos contábeis - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa** - A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda. **(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa** - Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda, b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de uma ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia. Quando o valor residual de um grupo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do ativo destes ativos.

(c) Provisão para contingências - A Companhia discute questões civis e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro - (a) Considerações gerais e políticas - A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de diretrizes da Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada periodicamente pela Administração. A gestão de riscos é realizada pela diretoria financeira da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **(b) Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros, quando aplicáveis), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. **I. Risco de mercado** - A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **II. Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	19.947.548	-
Adiantamentos de clientes	3.273.561	-
Passivos em recuperação judicial	-	42.953.044
Partes relacionadas	-	123.397.209
	23.221.109	166.350.253
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	12.762.421	-
Adiantamentos de clientes	1.793.170	-
Provisão para passivos financeiros	-	35.772.331
Passivos em recuperação judicial	-	39.838.665
Partes relacionadas	-	107.456.514
	14.555.591	183.067.510

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Total
Taxas anuais de depreciação / amortização / exaustão	-	4%	10%	3%	10%	10%	-
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	1.257.222	5.618.445	21.113.372	984.646	5.419	-	28.979.104
Adições	-	-	98.807	-	8.221	-	107.028
Baixas, liquidações de depreciação	-	-	(5.300)	-	-	-	(5.300)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(2.059.108)	(170.332)	(43.645)	(4.005)	-	(2.277.090)
Ajustes de saldos	-	-	(20.818.141)	-	-	-	(20.818.141)
	1.257.222	3.559.337	218.406	941.001	9.635	-	5.985.601
Custo	1.257.222	50.633.791	50.260.304	1.521.867	1.466.831	990.889	106.800.592
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	-	(47.074.454)	(50.041.898)	(580.866)	(660.053)	(990.889)	(100.814.991)
Saldo contábil, líquido	1.257.222	3.559.337	218.406	941.001	9.635	-	5.985.601
Em 31 de dezembro de 2025							
Saldo inicial	1.257.222	3.559.337	218.406	941.001	9.635	-	5.985.601
Adições	-	-	87.682	-	33.034	-	96.586
Depreciação, amortização e exaustão	-	(2.053.481)	(113.173)	(43.526)	(3.037)	-	(6)
	1.257.222	1.505.856	192.915	897.475	39.632	-	3.989.680
Custo	1.257.222	50.633.791	50.347.986	1.521.867	702.722	1.466.831	107.017.894
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	-	(49.127.935)	(50.155.071)	(624.392)	(663.090)	(1.466.831)	(103.028.214)
Saldo contábil, líquido	1.257.222	1.505.856	192.915	897.475	39.632	-	3.989.680

	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores - terceiros	4.221.744	8.554.552
Fornecedores - partes relacionadas	15.725.804	4.207.869
	19.947.548	12.762.421

Durante o exercício de 2025, a Companhia não realizou operações de "Risco Sacado", que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

	2025	2024
Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários a pagar	432.886	425.098
Provisão de férias e encargos sociais	1.023.402	949.051
INSS a recolher	261.923	246.701
FGTS a recolher	1.856.760	1.744.406
Outras obrigações sociais e trabalhistas	7.292	4.287
	3.582.263	3.369.543

	2025	2024
Obrigações fiscais		
ICMS a recolher (i)	7.849.778	4.766.506
Divida ativa - previdenciária	829.444	1.746.206
Divida ativa - não previdenciária	138.778	821.531
Outras obrigações fiscais	98.705	71.986
	8.916.705	7.406.229

(i) Referem-se, basicamente, a débitos de ICMS gerados entre 2005 e 2025, os quais encontram-se em negociação junto a secretarias estaduais de fazenda.

	2025	2024
Parcelamentos tributários		
Parcelamentos federais (a)	485.351	-
Parcelamentos estaduais (b)	191.268.877	173.736.736
Transação PGFN (c)	53.854.436	46.275.647
	245.608.664	220.012.383
Circulante	14.913.024	11.860.206
Não circulante	230.695.640	208.152.177

(c) Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2025	2024
Instrumentos financeiros por categoria		
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	894.418	94.220
Contas a receber de clientes	3.483.641	4.058.558
Adiantamentos	8.135.572	8.999.170
Outras contas a receber	715.677	415.543
Partes relacionadas	360.055.669	341.795.663
	373.284.977	355.363.154
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	19.947.548	12.762.421
Adiantamentos de clientes	3.273.561	1.793.170
Provisão para passivos financeiros	-	35.772.331
Passivos em recuperação judicial	42.953.044	39.838.665
Partes relacionadas	123.397.209	107.456.514
	189.571.362	197.623.101

6. Caixa e equivalentes de caixa
Refere-se a saldos em banco conta movimento.

	2025	2024
7. Contas a receber de clientes		
Duplicatas a receber - Terceiros	5.805.211	5.828.966
Duplicatas a receber - Partes relacionadas	3.231.288	3.689.197
	9.036.499	9.518.163
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(5.459.605)
	3.483.641	4.058.558
Circulante	2.305.527	2.880.444
Não circulante	1.178.114	1.178.114

O saldo a receber por data de vencimento ("aging list") está demonstrado da seguinte forma:

	2025	2024
A vencer	11.250	269.304
Vencidos	-	-
até 30 dias	-	119.151
de 31 a 60 dias	-	1.500
de 61 a 90 dias	300	-
de 91 a 120 dias	300	355.748
de 121 a 180 dias	9.024.649	8.772.460
acima de 180 dias	9.036.499	9.518.163

	2025	2024
8. Estoques		
Matérias primas	1.888.751	2.297.533
Produtos em processo	53.741	21.647
Produtos acabados	3.724.227	2.959.070
Almoxarifeado de peças para manutenção e reposição	5.201.836	6.746.427
	10.865.555	12.024.677
Provisão para perdas sobre estoques	(193.478)	(193.074)
	10.672.077	11.831.603

	2025	2024
9. Impostos a recuperar		
ICMS a recuperar	8.291	8.292
IPI a recuperar	1.388.909	1.642.421
PIS a recuperar	297.149	169.305
COFINS a recuperar	1.368.659	779.821
	3.065.008	2.599.839

	2025	2024
10. Adiantamentos		
Adiantamentos a fornecedores - terceiros	2.167.765	6.957.768
Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas	5.875.335	2.001.411
Adiantamentos a funcionários	92.452	39.991
	8.135.572	8.999.170

	2025	2024
11. Depósitos e bloqueios judiciais		
Depósitos judiciais	1.014.908	15.260.006
Bloqueios judiciais	181	572.637
	1.015.089	15.832.643

	% de participação	2025	2024
12. Investimentos			
Participação no capital de outras empresas			
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelisior S/A (*)	2,400%	6.639.696	6.639.696
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA (*)	5,300%	11.230.136	11.230.136
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA (*)	1,900%	8.221.209	8.221.209
Companhia Agro Industrial de Goiana (*)	19,600%	31.859.960	31.859.960
Indústria de Sacos de Papel S/A	1,200%	1.137.685	1.137.685
Itaberaba Agropecuária Ltda. (*)	0,400%	10.733	10.733
Itadilnca Ltda. (*)	0,002%	4	4
Itaguarana S/A (*)	1,100%	641.451	641.451
Itaguarema Imobiliária Ltda.	2,700%	72.465	72.465
Itaguassu Agro Industrial S/A (*)	11,000%	13.205.555	13.205.555
Itaquatins S/A – Agropecuária (*)	7,100%	97.805	97.805
Itaimbé Agropecuária Ltda. (*)	0,100%	23.950	23.950
Itatuba Indústria de Cimentos do Pará S/A (*)	9,400%	35.113.654	35.113.654
Itajubara S/A Açúcar e Alcool (*)	1,100%	1.832.951	1.832.951
Itapagá S/A Celulose e Papéis e Artefatos (*)	7,700%	18.313.477	18.313.477
Itapessoca Agro Industrial S/A (*)	0,002%	5.401	5.401
Itapetuma S/A (*)	6,800%	5.361.812	5.361.812
Itapissuma S/A (*)	19,700%	44.017.697	44.017.697
Itapui Barbalhense Indústria de Cimentos S/A (*)	1,000%	1.201.728	1.201.728
Itatuinga Agro Industrial S/A (*)	11,000%	13.057.259	13.057.259
Nassau Gráfica do Nordeste S/A (*)	23,500%	407.037	407.037
Versal Gráfica e Editora S/A	0,200%	37.000	37.000
		192.488.665	192.488.665
Outros investimentos		66.544	66.544
		192.555.209	192.555.209
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		(191.241.515)	(179.913.574)
		1.313.694	12.641.635

(*) As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2025. Em 2024, a Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA e a Itaquatins S/A – Agropecuária apresentaram patrimônio líquido.

	2025	2024
18. Adiantamentos de clientes		
Adiantamentos de clientes - Terceiros	3.204.580	1.724.189
Adiantamentos de clientes - Partes relacionadas	68.981	68.981
	3.273.561	1.793.170

	2025	2024
19. Passivos em recuperação judicial		
Fornecedores	31.117.183	27.621.842
Instituições financeiras	3.663.252	3.663.252
Credores trabalhistas	8.172.609	8.553.571
	42.953.044	39.838.665

Referem-se aos valores apresentados na lista de credores atualizada relativos a Recuperação Judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(c).

	2025	2024
20. Provisão para contingências		
(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço - A Companhia é parte envolvida em processos de natureza cível e tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:		
Cível	3.732.640	20.612.573
Tributária	187.920	163.658
	3.920.560	20.776.231

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 1.503.092 (R\$ 1.504.837 em 2024).

(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF - No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída, o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a novotânea ou a anterioridade nongesimial, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada). A Administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

	2025	2024
21. Passivo a descoberto		
(a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 353.657.783, dividido em 369.815 ações, no valor nominal de R\$ 956,31 cada uma, sendo 351.128 ações ordinárias ou comuns, 153 ações preferenciais, nominativas, especiais, resgatáveis, classe "A"; 589 ações preferenciais, nominativas, especiais, classe "C"; 825 ações preferenciais, nominativas, especiais, classe "D", e, 17.120 ações preferenciais, nominativas, especiais, denominadas classe "E", distribuído da seguinte forma:		
Acionista	Participação (%)	Valor (R\$)
Nassau Administração e Participações Ltda.	51,61%	182.521.327
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	30,48%	107.794.892
Itamaracá S/A	8,75%	30.935.672
João Pereira dos Santos (Espólio)	1,47%	16.764.114
Itapava S/A	1,40%	4.965.162
Itapessoca Agro Industrial S/A	0,70%	2.460.586
Itapetuma Agro Industrial S/A	0,60%	2.139.265
Outros acionistas	1,72%	6.076.765
	100,00%	353.657.783

(b) Destinação do lucro do exercício - O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% para constituição de reserva legal, até que atinja 20% do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação em Assembleia Geral.

	2025	2024
Regularização de saldos patrimoniais (valor líquido)	30.929.324	(258.322.216)
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	-	(10.698.839)
	30.929.324	(269.021.054)

22. Receita operacional líquida	2025	2024
Receitas brutas		
Vendas brutas de produtos	90.441.210	90.432.561
Relevenda de produtos	-	612.951
Outras receitas	-	8.653
	90.441.210	91.054.17
Deduções		
Tributos sobre vendas	(26.644.699)	(25.831.084)
Devoluções e descontos	-	(14.441)
	(26.644.699)	(25.845.525)
	63.796.511	65.208.646